

ANEXO I – DOCUMENTOS E CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Os LICITANTES comprovarão a sua plena habilitação mediante a apresentação, na sequência, dos documentos abaixo exigidos.

Nos documentos em que a validade não estiver estipulada expressamente, esta será considerada, para todos os efeitos, como sendo de 30 (trinta) dias contados da respectiva emissão, salvo se o documento vier acompanhado de cópia de publicação legal determinando validade diferente ou se este EDITAL dispuser em sentido diverso.

Os documentos referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica referem-se à sede do LICITANTE, exceção feita quando, no EDITAL, explicitamente houver menção em contrário.

Quaisquer valores que se apresentem em quaisquer dos documentos solicitados neste EDITAL, em especial aqueles contidos no balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, deverão ser expressos em Reais (R\$).

Havendo divergência entre os valores numéricos e aqueles apresentados por extenso na documentação apresentada pelo LICITANTE prevalecerão os últimos.

O LICITANTE que possuir o Certificado de Registro Cadastral Simplificado (“CRCS”) do Cadastro Geral de Fornecedores da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, CAGEF, poderá comprovar o atendimento das exigências habilitatórias de que trata os itens 2.1.1, 4.1.1, 4.1.3, 4.1.4.2 e 4.1.5, sendo este

último, apenas no que diz respeito à regularidade com a Fazenda Estadual da sede do LICITANTE, mediante a apresentação do referido CRCS.

O LICITANTE que possuir o Certificado de Registro Cadastral Completo (“CRCC”) do Cadastro Geral de Fornecedores da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, CAGEF, poderá comprovar o atendimento das exigências habilitatórias de que trata os itens 2.1.1, 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3, 4.1.4.2 e 4.1.5 mediante apresentação do referido CRCC.

Na hipótese em que o LICITANTE apresentar seja o Certificado de Registro Cadastral Simplificado (“CRCS”), seja o Certificado de Registro Cadastral Completo (“CRCC”) deverá juntar o resumo da documentação apresentada (Dados da Consulta – Pessoa Jurídica), observando que, no caso de os documentos indicados estarem com prazos vencidos, deverá apresentar, ainda, outros com validade em vigor, sob pena de inabilitação.

Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

1. DOCUMENTAÇÃO GERAL

1.1 Os documentos a seguir indicados deverão ser apresentados pelo LICITANTE:

1.1.1 ÍNDICE;

1.1.2 CARTA DE APRESENTAÇÃO, conforme modelo do item 1 do ANEXO VII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES;

1.1.3 DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS, conforme modelo constante do item 2 do ANEXO VII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES.

2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1 Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pelo licitante individual e por cada empresa membro de um CONSÓRCIO, inclusive a empresa líder:

2.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devidamente registrados no órgão competente;

2.1.1.1 No caso de licitante estrangeiro deverá apresentar documentos equivalentes aos exigidos no item 2.1.1, devidamente atualizados, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

2.1.2 Decreto de autorização, devidamente arquivado, no caso de LICITANTE estrangeiro em funcionamento no país;

- 2.2 Será permitida a participação de empresas em forma de CONSÓRCIO, devendo as consorciadas firmarem um TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO. O referido termo deverá ter sido autorizado pelo órgão competente de cada um dos respectivos integrantes, e deverá atender às seguintes exigências:
- 2.2.1 Compromisso de constituir a CONCESSIONÁRIA após adjudicação da LICITAÇÃO, caso declarado vencedor;
 - 2.2.2 Composição do CONSÓRCIO, indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada e as suas atribuições,
 - 2.2.3 Clara designação da consorciada líder e responsável perante o PODER CONCEDENTE, com plenos poderes para tratar de todos os assuntos relativos à LICITAÇÃO ou dela decorrentes, bem como para receber qualquer notificação, intimação ou citação em ação a esta relativa;
 - 2.2.4 Especificação das obrigações assumidas pelas consorciadas, em relação ao objeto da LICITAÇÃO;
 - 2.2.5 Assunção de responsabilidade solidária, sem distinção de ordem, perante o PODER CONCEDENTE, pelos atos praticados em CONSÓRCIO na LICITAÇÃO;
 - 2.2.6 Declaração expressa de que a consorciada ficará impedida de participar na mesma LICITAÇÃO através de outro CONSÓRCIO ou isoladamente;

2.2.7 Compromisso de que não poderá o CONSÓRCIO ter sua composição ou constituição alterada, ou sob qualquer forma modificada, bem com de que a CONCESSIONÁRIA não terá seu controle acionário alterado sem anuência expressa do PODER CONCEDENTE até a extinção do CONTRATO;

2.2.8 Duração da CONCESSIONÁRIA, no mínimo, pelo prazo do CONTRATO.

3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pelo LICITANTE individual e por cada empresa membro de um CONSÓRCIO, inclusive a empresa líder:

3.1.1 Balanço Patrimonial e o respectivo demonstrativo de resultados referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

3.1.1.1 No caso de LICITANTE sociedade anônima, observadas as exceções legais, deverá ser apresentada a publicação, na Imprensa Oficial, do balanço e das demonstrações contábeis,

além da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial competente;

3.1.1.2 Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, deverão ser apresentadas, pelo LICITANTE, cópias legíveis e autenticadas das páginas do Livro Diário no qual os mesmos foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

3.1.2 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor forense da sede do LICITANTE, datada de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data da sessão pública de recebimento dos documentos e propostas ou, se for o caso,

3.1.2.1 certidão expedida pelo distribuidor judicial das Varas Cíveis em geral da comarca (execução patrimonial) da sede do LICITANTE, datada de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data da sessão pública de recebimento dos documentos e propostas;

3.1.2.1.1 Em havendo qualquer ação judicial distribuída, deverá ser juntada a certidão atualizada que aponte a situação do processo atualizado para 60

(sessenta) dias antes da data da sessão pública de recebimento dos documentos e propostas;

3.1.3 GARANTIA DE PROPOSTA, nos termos do item 6 do presente EDITAL;

3.1.4 Comprovação, pela LICITANTE, de possuir patrimônio líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, devidamente atualizado. No caso de CONSÓRCIO, o valor retro mencionado deve ser majorado em 30% (trinta por cento) e o patrimônio líquido mínimo exigido será calculado pelo somatório dos valores de cada consorciado na proporção de sua respectiva participação, conforme art. 33, III, da Lei Federal nº 8.666/93;

3.1.5 Compromisso de integralização de capital da CONCESSIONÁRIA, nos termos do modelo previsto no ITEM 3 DO ANEXO VII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES, o qual será juntado ao CONTRATO para compor seu ANEXO V – COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL DA CONCESSIONÁRIA;

3.2 Para comprovação de sua idoneidade financeira, cada LICITANTE, bem como cada membro de CONSÓRCIO, deverá alcançar os índices definidos a seguir, apurados a partir dos dados expressos no último balanço patrimonial e demonstrações financeiras mencionados no subitem 3.1.1 acima:

Índice de Liquidez Corrente (AC/PC), maior ou igual a: 0,75. Condição não aplicável para empresas/instituições do Sistema de Previdência Fechada Privada (Fundos de Pensão);

Índice de Liquidez dos Fundos (IL/RM) maior ou igual a: 1,0. Condição aplicável somente para empresas/instituições do Sistema de Previdência Fechada Privada (Fundos de Pensão);

Índice de Inadimplência (OCD/OC) menor que: 0,09 (aplicável somente para instituições financeiras);

Índice de Alavancagem (CT/PL) menor ou igual a: 14,0. Condição aplicável somente para instituições financeiras;

Índice Imobiliário (MI/RM) menor ou igual a: 0,2. Condição aplicável somente para empresas/instituições do Sistema de Previdência Fechada Privada (Fundos de Pensão).

Onde:

AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo;

OCD = Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa;

OC = Operações de Crédito;

CT = Captação Total, representado pelo passivo real menos o Patrimônio Líquido e o Diversos;

PL = Patrimônio Líquido, representado pelo Capital Social integralizado mais as Reservas Capitalizáveis e Lucros, menos Prejuízos;

IL = Investimentos Líquidos;

RM = Reserva Matemática.

3.2.1. Caso a instituição financeira seja autorizada a funcionar no país pelo Banco Central do Brasil, e desde que devidamente comprovada esta situação, ela está dispensada da apresentação do Índice de Alavancagem (CT/PL) menor ou igual a: 14,0.

3.2.2. As memórias de cálculo de cada índice devem ser anexadas pelo LICITANTE à documentação relativa à qualificação econômico-financeira.

4. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL

4.1 Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pelo LICITANTE individual e por cada empresa membro de um CONSÓRCIO, inclusive a empresa líder:

4.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“CNPJ”);

4.1.2 Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativos à sede do LICITANTE, na forma da lei;

4.1.3 Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), que esteja dentro do prazo de validade neste atestado;

- 4.1.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- 4.1.4.1 Conjunta, emitida pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), relativamente aos tributos administrados pela RFB e à Dívida Ativa da União administrada pela PGFN; e
 - 4.1.4.2 Específica, emitida pela RFB, relativamente às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas, até 14 de agosto de 2005, em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”);
- 4.1.5 Prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal, se for o caso, todas do domicílio ou sede do LICITANTE e que estejam dentro do prazo de validade;
- 4.2 Caso alguma certidão apresentada seja positiva e sem efeito negativo, o LICITANTE será automaticamente inabilitado.
- 4.3 Em substituição às certidões especificadas nos itens 4.1.4.1 e 4.1.4.2, o LICITANTE poderá apresentar a CND da Receita Federal, da Dívida Ativa

da União e do INSS, porventura válidas na data de entrega dos documentos e propostas.

- 4.4 Toda a documentação de regularidade fiscal apresentada pelo LICITANTE deverá observar as condições de validade, inclusive temporais, consignadas neste EDITAL, de modo a estar válida no momento da abertura do ENVELOPE A – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, sob pena de inabilitação do LICITANTE desconforme.

5. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 5.1 Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pelo LICITANTE individual ou consorciado:

5.1.1 Comprovação do LICITANTE de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissionais de nível superior, observando-se ao seguinte:

5.1.1.1 Comprovação de possuir em seus quadros permanentes, ao menos:

- a) 2 (dois) profissionais que tenham sido responsáveis técnicos pela construção de COMPLEXO PENAL ou estabelecimento(s) penal(is), para custódia de sentenciados, em regime fechado ou semi-aberto, com capacidade igual ou superior a 200 (duzentos) internos, ou de edificação com área construída total igual ou superior a 15.000 (quinze mil) metros quadrados, por meio de Certificados de Acervo Técnico (“CAT”), expedidos pela entidade profissional competente;

b) 2 (dois) profissionais envolvidos diretamente com a gestão operacional de COMPLEXO PENAL ou estabelecimento(s) penal(is), para custódia de sentenciados, de quaisquer dos sexos, em regime fechado ou semi-aberto, com ocupação igual ou superior a 200 (duzentos) internos, por prazo igual ou superior a 02 (dois) anos consecutivos, anteriores à data da publicação deste EDITAL.

5.1.1.2 A comprovação de o profissional pertencer ao quadro técnico permanente do LICITANTE individual ou membro de CONSÓRCIO se dará mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis.

5.1.1.2.1 Para o presente EDITAL, considera-se pertencentes ao quadro permanente do LICITANTE aqueles profissionais que com ele possuam vínculo trabalhista, societário ou civil.

5.1.1.3 Não serão aceitos atestados técnicos de fiscalização, projeto ou consultoria.

5.1.1.4 Não serão admitidos o somatório dos atestados ou certidões de capacitação técnica de responsáveis técnicos integrantes do quadro permanente do LICITANTE para fins de se alcançarem os limites mínimos de capacidade e de duração previstas nas letras “a” e “b” do item 5.1.1.1.

.

5.1.2 Comprovação da capacidade técnico-operacional do LICITANTE individual ou membro de CONSÓRCIO, mediante a apresentação de

atestado(s), pela execução dos seguintes serviços e obras, compatíveis com o objeto desta LICITAÇÃO em características, porte e prazo:

a) construção de COMPLEXO PENAL ou estabelecimento(s) penal(is), para custódia de sentenciados, de qualquer sexo, em regime fechado e semi-aberto, com capacidade total igual ou superior a 200 (duzentos) internos, ou de qualquer edificação com área construída total igual ou superior a 15.000 (quinze mil) metros quadrados;

5.1.2.1 Para o atendimento do valor exigido acima, não será admitido o somatório de atestados.

5.1.2.2 Somente serão aceitos atestados em que o LICITANTE ou membro do CONSÓRCIO figure como responsável direto pela execução do empreendimento.

5.1.3 No caso de alterações societárias e nos casos de fusão, incorporação ou desmembramento de empresas, somente serão considerados os atestados de que, inequívoca e documentalmente, o LICITANTE comprove a transferência definitiva de acervo técnico.

5.1.4 A única hipótese admitida de uso de um mesmo atestado por mais de 01 (um) LICITANTE é se eles formaram o CONSÓRCIO que executou a obra ou serviço. Neste caso, cada qual poderá utilizar apenas a parcela relativa à sua participação proporcional no CONSÓRCIO.

5.1.5 Caso 02 (dois) ou mais LICITANTES utilizem o mesmo atestado em violação a este EDITAL, ambos serão inabilitados.

5.1.6 Serão admitidos os atestados emitidos em nome de sociedade(s) controlada(s), de sociedade controladora ou de sociedade sujeita ao mesmo controle acionário.

5.1.7 ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

6. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

6.1. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pelo LICITANTE individual ou pelo CONSÓRCIO:

6.1.1 Memorial Descritivo da Concepção Arquitetônica, conforme item 2.1 do anexo TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;

6.1.2 Desenhos, conforme item 2.2 do anexo TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;

6.1.3 Modelo Volumétrico, conforme item 2.3 do anexo TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;

6.1.4 Cronograma físico detalhado de implantação da obra, conforme item 2.4, a, do anexo TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

6.2 Somente serão habilitados os LICITANTES cuja documentação relativa à METODOLOGIA DE EXECUÇÃO estiver em estrita conformidade com o anexo TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e que forem capazes de demonstrar que a concepção arquitetônica proposta está de acordo com os padrões estipulados no anexo CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

7. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À ORGANIZAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

7.1 Devem ser apresentadas, pelo LICITANTE individual ou CONSÓRCIO, as seguintes minutas relativas à constituição da CONCESSIONÁRIA na forma e condições estabelecidas neste EDITAL:

7.1.1 Estatutos Sociais e eventuais acordos de acionistas;

7.1.2 Composição dos órgãos de administração;

7.1.3 Estrutura organizacional da CONCESSIONÁRIA até o primeiro escalão hierárquico inferior à diretoria.

8 DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS OUTROS

8.1 Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pelo LICITANTE individual ou pelo CONSÓRCIO:

8.1.1 Declaração referente à regularidade do LICITANTE perante o Ministério do Trabalho, na observância das vedações estabelecidas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, conforme modelo constante do item 4 do ANEXO VII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES;

8.1.2 Declaração do LICITANTE assegurando pleno conhecimento e aceitação da natureza e do escopo do objeto desta LICITAÇÃO, conforme modelo constante do item 5 do ANEXO VII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES;

8.1.3 Declaração do LICITANTE assegurando, no melhor de seu conhecimento, que as informações fornecidas e o serviço, atividades e obra ofertados no âmbito da LICITAÇÃO não infringem patentes, marcas e direitos autorais, conforme modelo constante do item 6 do ANEXO VII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES;

8.2 Os LICITANTES estrangeiros, que participarem isoladamente ou em CONSÓRCIO, que não funcionarem no país, deverão apresentar, ainda:

8.2.1 Declaração expressa de que se submete à Legislação Brasileira e que renuncia a qualquer reclamação por via diplomática, conforme modelo do item 7 do ANEXO VII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES;

8.2.2 Instrumento de mandato para que se faça prova de constituição de representação legal no país, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, conforme modelo constante do item 8 do ANEXO VII – MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES.